

Relatório da reunião do Comité Executivo

Quinta-feira, 27 de novembro de 2025 – Online

Sergio Lopez (Presidente do CC SUL) iniciou a reunião agradecendo aos membros e representantes das administrações nacionais pela sua presença. O relatório da última reunião, bem como a ordem do dia, foram aprovados por unanimidade.

1. Conclusões da ICCAT 2025

Antes de dar a palavra a Stijn Billet, da DG MARE, Sergio Lopez, presidente do CC SUL, reafirmou o desacordo do CC SUL quanto às regras de participação estabelecidas este ano, regras que levaram à não participação presencial da representante do CC SUL, Maria-José Rico, presidente do GT Espécies Pelágicas.

Stijn Billet (DG MARE) apresentou em seguida as principais conclusões da plenária da ICCAT 2025. Explicou que as negociações sobre o atum rabilho decorreram num contexto político muito difícil, marcado por uma atitude muito destabilizadora dos Estados Unidos, que tentaram mesmo isolar a União Europeia. Apesar disso, o resultado final é bom, com um aumento de 3 700 toneladas para a UE, o que, na sua opinião, constitui uma base sólida para a gestão nos Estados-Membros da UE. Salientou igualmente os progressos registados nas avaliações do tubarão-cão, com uma redução significativa das possibilidades de pesca no Atlântico Sul, lamentando, no entanto, a total ausência de progressos em relação às barbatanas naturalmente ligadas, bem como ao atum tropical. Por último, manifestou a sua decepção face ao bloqueio americano em relação às redes de deriva, que adiou a continuação dos trabalhos para o período entre sessões.

David Milly (FEDOPA) expressou a sua preocupação com a fixação do TAC global para o atum rabilho, que excede as estimativas do SCRS, o que considera arriscado para o futuro. Lamentou que os cientistas não tenham sido mais envolvidos nesta decisão e insistiu na instabilidade persistente da chave de repartição, que, na sua opinião, continua a ser o verdadeiro ponto fraco do sistema. Solicitou esclarecimentos sobre a forma como a gestão desta chave seria enquadrada e assegurada. Stijn Billet respondeu-lhe que, embora o TAC do Oeste excedesse ligeiramente o parecer científico estrito, era o resultado de um compromisso indispensável. Reconheceu que o funcionamento atual das chaves de repartição era insatisfatório e que se tornava necessário estabelecer regras mais previsíveis e estáveis.

Serge Larzabal (CNPMM) recordou os progressos alcançados a nível europeu, nomeadamente em relação aos períodos de pesca e às autorizações de gaiolas nas Canárias, lamentando também a diminuição da quota europeia na chave de repartição.

Raul Garcia (WWF), Nicolás Fernández Muñoz (OPP Conil) e Miren Garmendia (OPEGUI) felicitaram Stijn Billet pela defesa firme dos interesses europeus num contexto político

particularmente difícil, marcado, na sua opinião, por uma atitude «trumpista» dos Estados Unidos que consideraram inaceitável. Acolheram positivamente o acordo sobre o atum rabilho, considerando que oferecia perspectivas favoráveis, tanto do ponto de vista ecológico como socioeconómico, mas insistiram na necessidade de acompanhar a sua implementação com um controlo rigoroso, a fim de não comprometer os esforços realizados pelo setor. Nicolas Fernández Muñoz (OP Conil) apelou igualmente a um reforço significativo do investimento científico, indispensável para dispor de análises atualizadas sobre a evolução dos ecossistemas e antecipar as deslocações ou o declínio das espécies. Por último, Raul Garcia (WWF) expressou a sua frustração face ao bloqueio americano em relação às redes de deriva e à hipocrisia da sua posição.

Em conclusão, Stijn Billet agradeceu os elogios pelo trabalho realizado, salientou a importância dos comentários expressos e reafirmou o seu compromisso em continuar a trabalhar em estreita colaboração com os conselhos consultivos.

2. Validação dos pareceres: Parecer TAC 2026

Chloé Pocheau (Secretariado do CC SUL) apresentou a última versão do parecer TAC 2026, que tem em conta as alterações recebidas durante a última fase de consulta.

Os membros do comité executivo debateram então os seguintes pontos:

Linguado VIIIa: Emiel Brouckaert (Rederscentrale) propôs concentrar-se apenas nas recomendações quantificadas de possibilidades de pesca, em vez de solicitar estudos científicos adicionais. Indicou também que a posição da Comissão Europeia era agora conhecida e ascendia a 2 482 toneladas.

David Milly (FEDOPA) respondeu que não era necessário alterar significativamente o parecer nesta fase das discussões para ter em conta a posição da Comissão Europeia. Propôs apenas acrescentar entre parênteses «2 482 toneladas» para especificar o pedido do CC SUL, proposta que foi adotada pelo comité executivo.

Robalo VIIIab: David Milly explicou a posição indicada no parecer: um pedido de visibilidade para o setor e a implementação de um plano de gestão real. O CSTEP e o CIEM deveriam, assim, ser consultados.

Raia-curva VIII: David Milly precisou que o pedido de aumento da quota de pesca comercial se baseava nas observações dos pescadores que constataam a presença da espécie.

Lagostim, FU 25, 26-27: Francisco Teixeira (OPROMAR) propôs a adição de um pedido de quota científica, proposta que foi aprovada pelo comité executivo.

Lagostim, FU 28-29: Luis Vicente (ADAPI) propôs um pedido de roll-over, proposta que foi adotada pelo comité executivo.

O parecer TAC 2026 foi adotado pelo Comité Executivo, sob reserva das alterações mencionadas.

3. Programa de trabalho para 2026

a. Grupo de Estados-Membros

Chloé Pocheau (Secretariado do CC SUL) apresentou os elementos, conhecidos até à data, do programa de trabalho do grupo de Estados-Membros para 2026, sob a presidência francesa:

- A preparação de uma recomendação conjunta sobre cetáceos,
- Uma iniciativa francesa que propõe um trabalho conjunto sobre o planeamento marítimo fora das 12 milhas, exigindo intercâmbios com os outros Estados-Membros.
- A preparação dos planos de rejeição, para os quais os Estados-Membros deverão transmitir os seus pedidos de isenção até maio de 2027.
- O acompanhamento das zonas EMV, em ligação com a publicação de um novo parecer do CIEM previsto para o final de 2026.

Clara Azarian, da administração francesa, precisou que a proposta francesa relativa às medidas de gestão fora das 12 milhas marítimas dizia respeito, atualmente, apenas aos métodos de trabalho a implementar entre os Estados-Membros. O CC SUL é convidado a transmitir aos Estados-Membros qualquer assunto que considere importante. Em resposta a Luis Vicente, Clara Azarian indicou então que o assunto das EMV estaria na ordem do dia e que as discussões deveriam continuar.

b. Balanço da 2.ª parte do exercício 2025-2026

Chloé Pocheau (Secretariado do CC SUL) indicou que o CC SUL esteve representado em vários grupos técnicos e diálogos europeus nas últimas semanas:

- INTERCC (18 de novembro de 2025), a Comissão indicou que estão em curso revisões da Diretiva Espacial Marítima e da Diretiva-Quadro Estratégia para o Meio Marinho; a publicação do relatório do estudo PCP está prevista para a primavera de 2026, bem como a Ocean Act; os CC são convidados a contribuir para a estratégia Visão 2040 e, por fim, um código de conduta para os Conselhos Consultivos será proposto nos próximos meses.

Sergio Lopez (Presidente do CCSUD), Maria-José Rico (Presidente do GT Pelágicos do CC SUL), Luis Vicente (ADAPI) e Francisco Teixeira (OPROMAR) expressaram o seu descontentamento com o desenrolar dos últimos InterCC, que não permitem o intercâmbio com a Comissão, tornando-os inúteis. O Presidente do CC SUL irá propor um projeto de carta aos membros do Comité Executivo nesse sentido.

- Diálogo sobre a pesca artesanal (24 de novembro de 2025): o CC SUL foi representado pelo MEDAC; as discussões centraram-se na renovação geracional, na adaptação às alterações climáticas, no ordenamento do território, nos mecanismos financeiros de apoio e na melhoria das competências; a Comissão apresentará conclusões ao Conselho e aos Estados-Membros.

- ADGBYC (11–14 de novembro de 2025): participação ativa do CC SUL durante quatro dias; necessidade identificada de alterar o pedido anual da Comissão para integrar os novos conhecimentos sobre encalhes de cetáceos, nomeadamente no que diz respeito à taxa de flutuabilidade revista.

c. Propostas de temas e reuniões para 2026

Para 2026, Chloé Pocheau (Secretariado do CC SUD) propôs vários temas (ver quadro abaixo) para estruturar o programa de trabalho do CC SUD, em consonância com as discussões em curso nos GT e com as prioridades dos Estados-Membros e da Comissão Europeia. O CC SUD também prevê organizar reuniões adicionais, em complemento ao seu calendário habitual, a fim de acompanhar os trabalhos técnicos em curso. A organização de todas estas reuniões (ver diagrama abaixo) foi validada pelo Comité Executivo. Os grupos de trabalho habituais do CC SUD terão lugar nos dias 28 e 29 de abril em Sevilha, o Comité Executivo nos dias 27 ou 28 de maio em Paris e a assembleia geral no dia 10 de julho online.

No que diz respeito ao programa de trabalho, David Milly (FEDOPA) acrescentou que as questões relacionadas com as alterações climáticas e ambientais podem dizer respeito a todos os grupos. Maria-José Rico (Presidente do GT Pelágicos do CC SUD) recordou que todos os membros podem, a qualquer momento, enviar propostas de temas a acrescentar à agenda.

GT VIII&IX	GT Pelágicos & ICCAT	GT Pesca tradicional
Cetáceos – antecipar 2027	Albacora	Definição de pesca artesanal - MEDAC
TAC 2027 + Policy Statement	Atum rabilho	Renovação geracional
Acompanhamento EMV	Patudo	Transição energética
Enguia - MIAC	Carapau/ Cavala - PELAC	Planeamento marítimo - AMP
Obrigação de desembarque + Planos de rejeição 2028-2030	Sardinhas	Polvo - acompanhamento
	Anchovas	Nova espécie e transformação dos ecossistemas
	Alterações climáticas e espécies pelágicas - acompanhamento	
Ocean Act + Relatório de estudo sobre a PCP – Publicação na primavera de 2026		

Por fim, Sergio Lopez propôs a realização de um workshop sobre o programa de trabalho, por videoconferência e com todos os membros, em janeiro de 2026. A proposta foi aprovada pelo Comité Executivo, pelo que o secretariado se encarregará da sua organização.



BALANÇO:

- Os membros do CC SUL agradeceram à DGMARE pela defesa dos interesses europeus na ICCAT, tendo em conta as tensões políticas existentes.
- O parecer TAC 2026 foi aprovado, sob reserva das alterações indicadas
- O programa de trabalho e as propostas de reuniões foram validados pelo Comité Executivo, mas a assembleia geral deverá aprová-los oficialmente
- Uma reunião de informação sobre o programa de trabalho será agendada para o final de janeiro.